INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.

Aviso n.º 6367/2015

Por despacho de 06-04-2015, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, autorizo a sociedade AFG, S.A., com sede social no Edifício Executivo, Fração F, Avenida do Infante, n.º 8, 9004-521 Funchal, a comercializar por grosso, importar, exportar e trânsito de substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, a partir das suas instalações sitas na Rua dos Correios, n.º 130, 4520-706 Santa Maria da Feira, sendo esta autorização válida por um ano a partir da data do referido despacho, e considerando-se renovada por igual período, se o INFARMED, I.P. nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

13-04-2015. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Dr.ª Paula Dias de Almeida*.

208696229

Despacho n.º 6413/2015

O Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., considerando que:

a) O Regulamento Interno da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., aprovado pela deliberação n.º 1783/2013, publicada na 2.ª série do *Diário da República,* n.º 191, a 3 de outubro de 2013, determina a existência do Laboratório de Química e Tecnologia Farmacêuticas (LQTF), como subunidade orgânica pertencente à Direção da Comprovação de Qualidade (DCQ).

b) Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, o cargo de diretor do Laboratório de Química e Tecnologia Farmacêuticas é de direção intermédia de 2.º grau;

c) Nos termos do disposto no artigo 21.º do citado diploma, procedeu-se à abertura de procedimento concursal para ocupação do referido cargo, com observância de todo o formalismo legal;

d) Do referido procedimento concursal resulta a proposta pelo júri, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo 21.º, de designação da mestre Natércia Maria Guerra Simões,

designa, ao abrigo do disposto nos n. os 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, a mestre Natércia Maria Guerra Simões para exercer, em comissão de serviço, o cargo de diretor do Laboratório de Química e Tecnologia Farmacêuticas, com efeitos a partir da data de assinatura do presente despacho.

19 de maio de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Eurico Castro Alves.*

Nota Curricular

Nome: Natércia Maria Guerra Simões

Data de nascimento: 13 de julho de 1976.

Habilitações Académicas: Licenciatura em Química Aplicada (1999), Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa; Mestrado em Controlo da Qualidade e Toxicologia dos Alimentos (2005), Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

Experiência profissional:

2000 — 2001: Bolseira INETI no Departamento de Tecnologias da Indústria Alimentar do Laboratório das Indústrias Alimentares (DTIA/LIA) do Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industriais (INETI), na área de desenvolvimento e validação de métodos de cromatografia líquida para análise de micotoxinas e aditivos alimentares;

2002 — 2011: Técnico Superior no Laboratório de Química e Tecnologia Farmacêuticas (LQTF) da Direção de Comprovação da Qualidade (DCQ), com funções no âmbito da análise de medicamentos, matérias-primas, produtos cosméticos, dispositivos médicos e produtos suspeitos de falsificação;

Desde 2011 — até à presente data: Diretora do Laboratório de Química e Tecnologia Farmacêuticas, em regime de substituição.

Atividade Técnica e Científica:

Desde 2007 — até à presente data: participação na elaboração de guidelines desenvolvidas no âmbito da Rede Europeia de Laboratórios Oficiais de Comprovação da Qualidade de Medicamentos (OMCL, Official Medicines Control Laboratories);

Desde 2010 — até à presente data: Auditora na área físico-química e de tecnologia farmacêutica no âmbito do programa de Pré-Qualificação de Laboratórios da Organização Mundial da Saúde (OMS)

Desde 2011 — até à presente data: Auditora na área físico-química e de tecnologia farmacêutica no âmbito do programa Mutual Joint Audits/Mutual Joint Visits (MJA/MJV), da EDQM, Conselho da Europa;

Desde 2011 — até à presente data: representante da DCQ no grupo de trabalho da rede OMCL Counterfeit/Illegal Medicines Working Group;

2011-2015: Perito nomeado pelo INFARMED no grupo 10C da Farmacopeia Europeia

Desde 2012 — até à presente data: Membro efetivo da Comissão da Farmacopeia Portuguesa;

2012 — Nomeado elemento de Júri de procedimentos concursais para preenchimento de diversos postos de trabalho;

Desde 2014 — até à presente data: Ponto de contacto entre a rede OMCL (Counterfeit/Illegal Medicines Working Group) e o HMA-WGEO (Heads of Medicines Agencies — Working Group of Enforcement Officers), por nomeação pela EDQM, Conselho da Europa; participação no grupo de trabalho HMA-WGEO como representante da DCQ;

Apresentou 11 comunicações científicas e publicou 2 artigos científicos, a título individual ou em coautoria.

Formação Profissional Relevante:

FORGEP — Curso de Formação em Gestão Pública (INA);

SIADAP — Gestão por Objetivos e Avaliação de Desempenho (Avaliadores) (INA);

Training Course for auditors of the MJA/MJV Scheme of the OMCL Network — EDQM, Estrasburgo;

Auditorias a Laboratórios — RELACRE;

Out-of-Specification Results e Impurities — ECA;

Diversas ações de formação sobre a norma ISO 17025.

208699997

Inspeção-Geral das Atividades em Saúde

Despacho n.º 6414/2015

Na sequência da publicação do Despacho n.º 5147/2015, de 28 de abril, de S. Ex.ª o Ministro da Saúde, publicado no *Diário da República* n.º 95, 2.ª série, de 18 de maio de 2015, e nos termos do n.º 1 do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, designo para me substituir nas minhas ausências, faltas e impedimentos, a Subinspetora-Geral licenciada Maria do Rosário Gomes da Silva Raposo.

O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura e revoga o despacho n.º 14797/2014, de 19 de setembro, publicado no *Diário da República* n.º 236, 2.ª série, de 5 de dezembro de 2014.

01-06-2015. — A Inspetora-Geral, *Leonor Furtado*.

208697111

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior

Despacho n.º 6415/2015

Sob proposta da Universidade do Porto, e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 8.º dos Estatutos da Fundação Universidade do Porto, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 96/2009, de 27 de abril, e no uso das competências que me foram delegadas através do Despacho n.º 10368/2013, do Ministro da Educação e Ciência, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 08 de agosto de 2013:

Nomeio para o Conselho de Curadores da Fundação Universidade do Porto as seguintes personalidades, cujas sínteses curriculares se publicam em anexo ao presente despacho.

Dr.ª Eugénia Aguiar Branco;

Doutor Manuel Ferreira de Oliveira;

Dr. Miguel Cadilhe

1 de junho de 2015. — O Secretário de Estado do Ensino Superior, *José Alberto Nunes Ferreira Gomes.*

ANEXO

Eugénia Aguiar Branco Figueiredo

Licenciada em Ciências Históricas pela Universidade Livre do Porto e pós-graduada em Gestão Cultural pela Escola de Gestão do Porto, University of Porto Bussiness School.

Iniciou a sua atividade profissional como docente no departamento de História na ULP e, posteriormente, na Universidade Portucalense.

É diretora-geral da Fundação Eng. António de Almeida tendo-a representado em conselhos gerais, consultivos e de representantes de várias organizações, salientando-se o Centro Português de Fundações, a Comissão Nacional da Unesco, a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto o Círculo Dr. José de Figueiredo e, ainda, no European Foundation Center.

É Académica Correspondente da Academia Portuguesa da História.

Manuel Ferreira de Oliveira

Licenciado pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) em 1971, ano em que iniciou a sua atividade de docente e investigador na área de Energia na mesma Faculdade. Depois de ter concluído os programas de mestrado e doutoramento em Energia na Universidade de Manchester (UMIST) em 1976, concluiu provas públicas de Agregação em 1978 na FEUP, onde foi nomeado Professor Catedrático em 1979.

Em 1980 inicia a sua atividade na Indústria Petrolífera internacional, tendo assumido responsabilidades operacionais, de coordenação e de gestão ao serviço da empresa petrolífera verticalmente integrada Lagoven SA, a principal filial operacional de Petróleos da Venezuela, SA. Em 1987 é transferido para Londres onde assume a responsabilidade de Diretor-Geral do Projeto Orinoco em 1989 é nomeado como CEO da BP Bitor, SA – uma parceria entre a BP e a Lagoven, SA para o desenvolvimento da Faixa Petrolífera do Orinoco.

Em 1995 regressa a Portugal para assumir a Presidência Executiva da Petróleos de Portugal – Petrogal, SA, função que ocupa até 2000, ano em que assume a Presidência Executiva da Unicer, SA até 2006. Em 2006 regressa à indústria petrolífera para assumir a Presidência Executiva da Galp Energia até 2015.

Durante a sua carreira académica e profissional foi condecorado com a Ordem Francisco Miranda em 1995 e com a Grã-Cruz da Ordem de Mérito em 2005 concedidas, respetivamente, pelos Srs. Presidentes da República de Venezuela e de Portugal. Em 2011 e em 2013, foram-lhe concedidos os graus de Doutor Honoris Causa, respetivamente, pelas Universidades de Lisboa e de Aveiro.

Tem integrado os órgãos sociais de múltiplas instituições, fazendo referência especial à sua participação no Senado da UP (2002-2005) e no primeiro Conselho Geral da UP (2010-2013), do qual foi Vice-Presidente.

Miguel Cadilhe

Miguel Cadilhe nasceu em Barcelos, fez a escola e o liceu na Póvoa do Varzim, vive no Porto.

Licenciou-se na Faculdade de Economia da Universidade do Porto com a melhor classificação de 1968, aqui lecionou Macroeconomia, Estatística, Econometria, Matemática Financeira, Investigação Operacional, etc., publicou lições, e integrou a Comissão de Reestruturação de 1977.

Investigou política macroeconómica na LSE, London School of Economics, em 1881-82.

Foi professor catedrático convidado da Universidade Católica, no Porto, onde lecionou economia politica e políticas públicas, em 2006 a 2011.

Cumpriu serviço militar de outubro 1969 a março 1973.

Integrou e dirigiu o gabinete de estudos económicos e financeiros de um dos maiores bancos portugueses (BPA), no Porto, entre 1973 e 1985, abrangendo as áreas de economia portuguesa, macroeconomia e análise da conjuntura (Boletim Conjuntura), análise de empresas e central de balanços (Indicadores Setoriais da Central de Balanços).

Foi diretor, administrador e presidente de bancos (BPA, BFE, BBI, BCP, BII, BPN) e de empresas (API, Espaço Atlântico que fundou o IESF, Praemium, BPA Vida, etc., …). Foi membro de conselhos fiscais. Foi presidente da Fundação Portugal África (criada pelo BFE, durante a sua administração) e da Fundação Rei Afonso Henriques (responsável pela candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património da Humanidade). Ajudou a criar várias ligas e associações e fez parte dos seus órgãos sociais (APDMC, FDLJR, LADPM, LAHSJ, CLABL, …).

Atualmente colabora *pro bono* com entidades ligadas à cultura, à benemerência ou à economia, como membro de conselhos consultivos e conselhos fiscais. Integra igualmente conselhos editoriais de revistas de análise económica e política.

Foi e é consultor de empresas e associações, nomeadamente em avaliações de projetos e partes sociais.

Foi secretário de Estado do Planeamento em 1980 e ministro das Finanças entre fins de 1985 e inícios de 1990.

Debruça-se sobre temas da realidade nacional, matérias de docência e outros assuntos, em livros, artigos e relatórios, de entre os quais:

Teoria dos conjuntos (coautoria, 1964);
Investigação operacional (coautoria, 1968, prémio UP);
Lições de Matemática Financeira (livro, coautoria, 1969, reedições até 1988);
Financiamento obrigacionista da empresa portuguesa (1970);
Arranque da inflação portuguesa (1972);
Acordo comercial Portugal Mercado Comum (livro, coautoria, 1973);
Plano de aulas de Estatística (1974);
Estratégia do sector do calçado (coautoria, APICCAPS, 1978?);
Regeneração da economia portuguesa (AEP, 1984);
Matemática financeira aplicada (livro, 1984, reedições até 1998);
Portuguese external deficit and strategy of the humps (1984);
Estratégia macroeconómica para Portugal (1985);
Ao sabor da estratégia (livro, 1987);
Factos e enredos, quatro anos no Ministério das Finanças (livro, 1990);
Luzes e sombras da UEM (1990);
Tempos e modos de Portugal na UEM (1991);
Matematismos na economia e na gestão (1991);
Política de dividendos e dupla tributação (1991);
Eficiência empresarial dos têxteis portugueses (1992);
Controlo parlamentar das finanças públicas (1996);
Recessão e défices públicos (1997);
Ministério das Finanças e Tribunal de Contas (2000);
Fronteiras das funções do Estado (2005);
Enquadramento político da Reforma Fiscal de 1988/89 (2005);
Poemas da minha vida (livro, antologia, 2005);
Portugal e o novo Pacto de Estabilidade e Crescimento (2006);
Finanças da descentralização política (2006);
Reforma conceitual e administrativa do Estado (2007);
Razões da descentralização política (2011);
Políticas contra o desmazelo florestal (2012);
Sobrepeso do Estado em Portugal (livro, 2005, 2013);
Prémio de hostilidade coativa – artigo 490.º do CSC (2015, no prelo);

Em jornais:

Escudo precoce (1992);
Série de 25 artigos no Expresso (2007);
Razões da descentralização política (2010);
PEC 2010/2013 em doze breves notas (2010);
Resgatar a honra e o futuro (2011);
Imposto patrimonial solidário «one shot» (2012);
Reforma do centralismo (2013);
Contra-guião da reforma do Estado (2013);
Série de 23 artigos no JN (2014);
Etc.

Recebeu diversos prémios escolares e profissionais. Foram-lhe atribuídas as grãs-cruzes das ordens do Mérito de Portugal e do Cruzeiro do Sul do Brasil, e a Medalha de Mérito, grau ouro, da cidade do Porto.

208696464

Secretaria-Geral

Despacho n.º 6416/2015

Tendo sido dado cumprimento ao estabelecido nos n.os 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto e concluído o procedimento concursal para o provimento do cargo de chefe de divisão de Processamento de Vencimentos e Abonos, cargo de direção intermédia de 2.º grau, com as competências constantes das alíneas d) e e) do artigo 6.º da Portaria n.º 150/2012, de 16 de maio e conforme Aviso publicitado no Diário da República, 2.ª série, n.º 134, de 15 de julho de 2014, o júri, na ata final que integra o respetivo procedimento concursal propôs, fundamentadamente, a designação da mestre Ana Luísa Ramos Rainho Monteiro, por reunir as condições exigidas para o cargo a prover.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.os 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, concordo com a proposta do júri, pelo que designo em comissão de serviço, precedendo concurso, para o cargo de chefe de divisão de Processamento de Vencimentos e Abonos desta Secretaria-Geral, a mestre Ana Luísa Ramos Rainho Monteiro, por ter demonstrado a competência técnica, aptidão, formação e experiência profissional necessárias para o exercício do cargo, bem como o perfil adequado para a prossecução das atribuições que o mesmo exige, conforme resulta da respetiva nota curricular, anexa ao presente despacho.

A presente designação produz efeitos a 1 de junho de 2015.

2 de junho de 2015. — O Secretário-Geral do Ministério, *Raúl Capaz Coelho.*